

Realismo linguístico



Por **GABRIEL FREITAS***

O realismo linguístico opera por meio da naturalização, fazendo com que estruturas historicamente construídas apareçam como evidências inquestionáveis

Com seu famoso conceito de “realismo capitalista”, Mark Fisher argumenta que o capitalismo se tornou tão hegemônico que é “mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”. Esta formulação captura como determinadas construções ideológicas se naturalizam a tal ponto que se tornam invisíveis, operando como o próprio horizonte do pensável e fazendo com que alternativas ao capitalismo soem como impossíveis.

Inspirado nesta análise, proponho o conceito de “realismo linguístico” para compreender como determinadas concepções sobre a língua operam de forma análoga, naturalizando hierarquias sociolinguísticas. O realismo linguístico manifesta-se na crença naturalizada de que existe uma forma “correta” e “superior” de falar e escrever, e que desvios desta norma representam “erros”, “deficiências” ou “degenerações” da língua.

Mais que uma simples ideologia prescritiva, o realismo linguístico constitui uma estrutura de percepção que organiza a experiência sociolinguística, fazendo com que a diversidade linguística apareça como hierarquia natural e que a transformação das normas linguísticas seja percebida como ameaça à própria ordem social.

Esta naturalização é tão profunda que, mesmo entre falantes que sofrem discriminação linguística, é comum a internalização da crença de que sua própria forma de falar é “errada” ou “inferior”. Como observa Dante Lucchesi em sua análise das origens históricas da formação sociolinguística brasileira, “quando a ciência da língua, conjugando pesquisa histórica e empírica, revela as raízes racistas do preconceito linguístico, fornece elementos para a desconstrução de um dos mais poderosos instrumentos ideológicos de dominação de classe nas sociedades letradas contemporâneas”.

O realismo linguístico opera justamente por meio desta naturalização, fazendo com que estruturas historicamente construídas apareçam como evidências inquestionáveis.

Assim como a economia política burguesa se apresenta como a única forma “científica” e “racional” de organizar a produção e a distribuição, ocultando seu caráter historicamente específico e seus interesses de classe, a norma linguística dominante se apresenta como a única forma “correta” e “civilizada” de usar a língua, ocultando os processos políticos que levaram à sua imposição e os interesses sociais que ela serve.

Contato linguístico e formação das hierarquias

A análise de Dante Lucchesi sobre o contato linguístico na formação do português brasileiro oferece elementos

fundamentais para compreender as raízes históricas do realismo linguístico no país. Lucchesi demonstra como a situação sociolinguística brasileira resulta de um processo complexo de contato entre o português trazido pelos colonizadores, as centenas de línguas indígenas faladas pelos povos originários e as diversas línguas africanas trazidas pelos escravizados.

A realidade linguística do Brasil colonial caracterizava-se por extraordinária diversidade. Havia cerca de 160 línguas faladas por diferentes povos indígenas, além das múltiplas línguas africanas trazidas pelos escravizados. Durante os primeiros séculos de colonização, a língua geral de base tupi funcionou como língua franca em vastas regiões, sendo falada não apenas por indígenas, mas também por colonos portugueses.

Este processo de contato linguístico ocorreu em condições de extrema violência e desigualdade social. O português foi imposto como língua dominante por meio da força colonial, enquanto as línguas indígenas e africanas foram sistematicamente reprimidas e marginalizadas. O processo de imposição do português como língua hegemônica intensificou-se a partir do século XVIII, com as políticas pombalinas que proibiram o uso da língua geral e impuseram o português como única língua oficial.

As variedades do português brasileiro que emergiram deste processo de contato carregam as marcas desta violência histórica. Lucchesi demonstra como as variedades mais estigmatizadas do português brasileiro – aquelas faladas pelas populações rurais e urbanas marginalizadas – preservam traços resultantes do contato com línguas africanas e indígenas. Estes traços incluem fenômenos como a simplificação da concordância nominal e verbal, a redução do sistema pronominal e alterações na estrutura silábica.

Um exemplo paradigmático é a variação na concordância verbal. Enquanto o português padrão exige concordância obrigatória entre sujeito e verbo (“eu trabalho, tu trabalhas, ele trabalha, nós trabalhamos, vocês trabalham, eles trabalham”), as variedades populares frequentemente apresentam formas simplificadas (“eu trabalho, tu trabalha, ele trabalha, nós trabalha, vocês trabalha, eles trabalha”). Esta simplificação não representa “degeneração” ou “erro”, mas resultado regular de processos de contato linguístico em condições específicas de aquisição da língua dominante.

Dante Lucchesi observa que fenômenos similares ocorrem em outras línguas que passaram por processos análogos de contato. O inglês e o francês falados por populações de origem africana nas Américas apresentam transformações estruturais comparáveis, demonstrando que se trata de processos linguísticos regulares, não de deficiências específicas dos falantes brasileiros.

Dessa maneira, a clivagem etnolinguística que se estabeleceu no Brasil colonial perpetua-se na polarização sociolinguística contemporânea. As variedades linguísticas associadas às classes dominantes – aquelas mais próximas ao padrão europeu – são valorizadas como “corretas” e “cultas”, enquanto as variedades das classes trabalhadoras – marcadas pelos traços de contato – são estigmatizadas como “incorretas” e “incultas”. Esta hierarquização sociolinguística reproduz e legitima a hierarquização racial e social, constituindo um mecanismo fundamental de reprodução das desigualdades.

Esta hierarquização linguística não resultou de supostas “qualidades intrínsecas” das línguas em contato, mas das relações de poder que estruturavam a sociedade colonial. A “superioridade” atribuída ao português e, posteriormente, às suas variedades mais próximas ao padrão europeu, constitui uma construção ideológica que serve para legitimar e naturalizar as hierarquias sociais estabelecidas durante o período colonial e reproduzidas ao longo da formação nacional brasileira.

O realismo linguístico contemporâneo tem suas raízes neste processo histórico de imposição e transformação linguística. A naturalização da “superioridade” das variedades linguísticas dominantes oculta os processos violentos de imposição colonial e exclusão social que estão na base das hierarquias sociolinguísticas atuais, fazendo com que diferenças socialmente produzidas apareçam como evidências naturais de “correção” ou “incorreção” linguística.

Polarização sociolinguística

A situação sociolinguística brasileira deve ser compreendida, então, como resultado direto deste processo histórico de contato linguístico em condições de dominação. A sociedade brasileira se caracteriza por uma separação extrema entre variedades linguísticas associadas às classes dominantes urbanas e escolarizadas e variedades populares rurais e urbanas sistematicamente estigmatizadas e marginalizadas.

As variedades linguísticas mais estigmatizadas são exatamente aquelas que preservam traços mais evidentes do contato com as línguas africanas e indígenas – ou seja, as variedades faladas pelos descendentes dos grupos mais explorados durante o processo de formação social brasileira, resultado direto da forma como o racismo estrutural e a exploração de classe se articulam com o preconceito linguístico.

O realismo linguístico opera para naturalizar esta hierarquização linguística, fazendo com que as variedades que preservam traços do contato linguístico apareçam como “degenerações” ou “corrupções” do português “puro”, ao passo que, na verdade, constituem desenvolvimentos legítimos e sistemáticos resultantes de processos históricos específicos. A ideologia da “pureza linguística” funciona como mecanismo de exclusão que reproduz e legitima as hierarquias raciais e econômicas.

Dessa forma, o realismo linguístico opera como mecanismo ideológico que transforma diferenças socialmente produzidas em hierarquias aparentemente naturais. A ideologia da correção gramatical funciona como uma forma de violência linguística que legitima a exclusão e marginalização dos setores populares, apresentando-a como consequência “natural” de suas supostas “deficiências” linguísticas.

Esta operação ideológica é extremamente eficaz porque opera por meio da própria língua, fazendo com que a dominação apareça inscrita na própria “natureza” das coisas. Quando se afirma que determinada forma de falar é “errada” ou “feia”, isso é percebido como constatação objetiva baseada em critérios “técnicos” ou “científicos”. O realismo linguístico faz com que a norma das classes dominantes apareça como a própria racionalidade linguística.

A eficácia deste mecanismo reside em sua capacidade de produzir o que Antonio Gramsci chamaria de “consenso”: os próprios explorados passam a aceitar como legítima a superioridade linguística das classes dominantes e a trabalhar ativamente para reproduzir as condições de sua própria subordinação. O realismo linguístico produz sujeitos que aceitam sua posição subordinada e a percebem como justa e natural.

A materialidade da dominação linguística

Para compreender adequadamente o realismo linguístico, é necessário situá-lo no contexto da reprodução das relações de produção capitalistas. A língua constitui uma arena fundamental onde se trava a luta de classes. A imposição de uma norma linguística “padrão” funciona como um mecanismo concreto por meio do qual a classe dominante reproduz e legitima sua dominação.

A escola, como aparelho ideológico de Estado, desempenha papel central neste processo. Por meio da imposição sistemática da norma padrão e da desvalorização das variedades populares, a instituição escolar produz sujeitos linguísticos adequados à reprodução da ordem social capitalista. O processo de “correção” gramatical funciona como um mecanismo disciplinar que ensina aos trabalhadores como perceber sua própria língua como inadequada e como aceitar a superioridade “natural” das formas linguísticas das classes dominantes.

Esta violência simbólica opera de forma particularmente perversa porque se apresenta como “educação” e “melhoria”. Quando um trabalhador é “corrigido” linguisticamente, isso é percebido como ato benevolente de quem “sabe mais”

ajudando quem “sabe menos”. O realismo linguístico faz com que a dominação apareça como pedagogia, a exclusão como inclusão, a violência como cuidado.

A eficácia ideológica deste mecanismo reside justamente em sua capacidade de fazer com que os próprios explorados internalizem e reproduzam as condições de sua exploração. Quando nós, trabalhadores, passamos a perceber a nossa própria forma de falar como “errada” ou “feia”, quando nos sentimos envergonhados de nossa língua e buscamos “melhorar” por meio da imitação das formas linguísticas dominantes, participamos ativamente da reprodução das hierarquias que nos condenam.

Mídia e reprodução do realismo linguístico

Os meios de comunicação burgueses desempenham papel central na reprodução e naturalização do realismo linguístico. Por meio da imposição sistemática da norma padrão como padrão “correto” e “adequado” para a comunicação pública, a mídia corporativa contribui para a marginalização das variedades populares e para a reprodução das hierarquias sociolinguísticas.

Esta operação serve aos interesses das classes dominantes de múltiplas formas. Em primeiro lugar, a imposição da norma padrão como padrão midiático exclui automaticamente os setores populares da participação efetiva no debate público, uma vez que sua língua é percebida como “inadequada” para contextos “sérios” ou “importantes”. Em segundo lugar, a naturalização da superioridade da norma padrão contribui para a legitimação da falsa superioridade social dos grupos que a dominam.

A mídia opera também por meio da ridicularização e estigmatização sistemática das variedades populares, apresentadas como “engraçadas”, “incorretas” ou “inadequadas”. Esta operação ideológica contribui para a internalização do preconceito linguístico pelos próprios falantes das variedades estigmatizadas, que passam a perceber sua língua como inferior e a aspirar ao domínio da norma das classes dominantes.

Como observa Dante Lucchesi, a linguística é uma das ciências mais atacadas pela grande mídia corporativa quando questiona as bases “naturais” das hierarquias linguísticas. A defesa científica da legitimidade das variedades populares constitui uma ameaça direta aos mecanismos ideológicos por meio dos quais as classes dominantes reproduzem sua hegemonia.

Para além do “empoderamento” linguístico

É fundamental esclarecer que a crítica ao realismo linguístico não implica a defesa de que a classe trabalhadora deve ser privada do acesso à norma padrão ou que deve renunciar ao seu domínio. Contudo, é igualmente fundamental evitar que esta posição descambe para uma perspectiva liberal de “empoderamento” individual que, ao final, reproduz as próprias estruturas que critica.

A questão do acesso à norma padrão deve ser compreendida em dois níveis articulados: o tático-imediato e o estratégico-estrutural. No nível tático, nas condições atuais de uma sociedade estruturada por hierarquias sociolinguísticas, o domínio da norma padrão pelos trabalhadores constitui uma necessidade defensiva. Seria contraproducente e até mesmo reacionário defender que os trabalhadores permaneçam restritos às variedades estigmatizadas enquanto as classes dominantes monopolizam os instrumentos linguísticos que garantem acesso a espaços de poder e decisão.

Esta apropriação tática, contudo, não deve ser confundida com a ilusão liberal de que a solução para as hierarquias

linguísticas reside na capacidade individual dos trabalhadores de “se elevarem” por meio do domínio da norma padrão. Esta perspectiva, análoga à ideologia do “empreendedorismo” que sugere que os trabalhadores devem se tornar capitalistas para escapar da exploração, mantém intactas as estruturas fundamentais que geram a desigualdade linguística.

O horizonte estratégico deve ser a transformação das condições materiais que sustentam as hierarquias sociolinguísticas. Isso implica lutas concretas pela democratização radical das instituições que controlam a produção e circulação dos discursos sociais: a escola, a mídia, o sistema judiciário, as instituições culturais.

Uma educação pública verdadeiramente radical não seria aquela que simplesmente “inclui” mais trabalhadores no domínio da norma padrão, mas aquela que transforma suas práticas pedagógicas para reconhecer e valorizar a diversidade linguística como riqueza social.

A luta pela democratização da mídia, por exemplo, não deve se limitar à demanda por maior “representatividade” de sotaques e variedades populares nos meios de comunicação, mas deve questionar os próprios critérios que definem o que é considerado “adequado” para a comunicação pública. Uma mídia verdadeiramente democrática seria aquela em que diferentes variedades linguísticas pudessem circular sem hierarquização, na qual a legitimidade do discurso não dependesse de sua adequação a uma norma linguística específica.

Similarmente, a transformação radical do sistema educacional implica a transformação das práticas de avaliação e seleção que utilizam o domínio da norma padrão como critério de exclusão social. Uma educação contrária aos interesses da burguesia deve desenvolver metodologias que ampliem o repertório linguístico dos estudantes sem desvalorizar suas formas de origem, que ensinem a norma padrão como ferramenta social específica e não como padrão universal de correção.

Esta perspectiva se diferencia radicalmente tanto do elitismo linguístico quanto do reformismo liberal. O elitismo defende a manutenção das hierarquias linguísticas como “naturais” e “necessárias”. O reformismo liberal propõe a “democratização” do acesso à norma padrão, mas mantém a estrutura hierárquica intacta, apenas permitindo que mais indivíduos “subam” na hierarquia. Uma perspectiva de transformação estrutural visa à modificação das próprias condições institucionais e materiais que sustentam as hierarquias sociolinguísticas.

No nível tático, isso implica uma educação linguística que trabalhe simultaneamente em duas frentes: garantir o acesso efetivo da classe trabalhadora à norma padrão como direito e ferramenta de luta, e desenvolver uma consciência crítica sobre o caráter histórico e político das hierarquias sociolinguísticas. Trata-se de uma educação que amplia o repertório linguístico dos trabalhadores sem reproduzir as ideologias que justificam a desigualdade linguística.

No nível estratégico, isso implica a construção de práticas institucionais alternativas que questionem concretamente a hegemonia da norma padrão. Movimentos sociais, organizações populares e espaços de educação popular podem desenvolver formas de comunicação e organização que valorizem a diversidade linguística, criando condições para que os trabalhadores desenvolvam confiança em suas próprias formas linguísticas e compreendam seu valor social e político.

A luta contra o realismo linguístico é, portanto, parte integrante da luta pela transformação radical e real das instituições sociais. Não se trata de “incluir” os trabalhadores nas estruturas linguísticas existentes, mas de transformar essas estruturas de modo que sirvam aos interesses da maioria explorada.

A democratização linguística verdadeira requer a democratização das condições materiais de produção e circulação dos discursos sociais, ou seja, o controle popular sobre as instituições que definem o que conta como língua “legítima” na sociedade.

Por uma linguística de classe

A superação do realismo linguístico requer o desenvolvimento de uma linguística explicitamente comprometida com os interesses da classe trabalhadora. Isso implica a produção de conhecimento científico que demonstre a legitimidade das variedades populares e o engajamento ativo na luta contra os mecanismos ideológicos que reproduzem as hierarquias sociolinguísticas.

Uma linguística de classe deve denunciar sistematicamente o caráter ideológico da norma padrão e demonstrar como sua imposição serve aos interesses da burguesia. Deve também contribuir para o desenvolvimento de práticas educacionais alternativas que valorizem a diversidade linguística e promovam formas verdadeiramente democráticas de educação linguística.

Esta perspectiva implica o reconhecimento de que a luta contra o preconceito linguístico é inseparável da luta mais ampla contra todas as formas de dominação e exploração. O realismo linguístico constitui parte integrante dos mecanismos por meio dos quais o capitalismo reproduz e legitima as relações de dominação de classe.

Sendo assim, o conceito de realismo linguístico oferece instrumentos para compreender como a língua funciona como arena de luta de classes e como as ideologias linguísticas dominantes contribuem para a reprodução das relações de exploração capitalista. Assim como o realismo capitalista de Fisher, o realismo linguístico constitui uma estrutura ideológica que organiza a experiência social e limita as possibilidades de transformação.

A superação do realismo linguístico é parte necessária de qualquer projeto de transformação social radical. A ciência da língua pode e deve fornecer elementos para a desconstrução dos instrumentos ideológicos de dominação, mas isso só se efetiva quando articulada com a luta política organizada das classes populares.

A tarefa que se coloca é a de construir as condições teóricas e práticas para que a linguística possa contribuir efetivamente para a construção de uma nova sociedade. Uma sociedade verdadeiramente democrática deve ser também uma sociedade linguisticamente democrática.

***Gabriel Freitas** é mestre em Linguística pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)